

**IPREV – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES  
PUBLICOS DE GUIRICEMA  
CNPJ: 04.704.172/0001-05**

**PARECER 001/2022 – CONTABILIDADE – IPREV**

Guiricema (MG), 05 de maio de 2022

**Ref.: Parecer sobre possibilidade de parcelamento especial dos débitos do RPPS previsto na EC nº113/2021.**

Para efeito deste parecer, entende-se por “parcelamento especial”, o direito previsto na Emenda Constitucional nº113, de 08 de dezembro de 2021, que autorizou os Municípios a parcelarem valores devidos ao RPPS, com vencimento até 31 de outubro de 2021, em até 240 parcelas, referente a contribuições previdenciárias e demais débitos. Esse parcelamento depende de lei municipal autorizativa específica e deve ser celebrado até 30 de junho de 2022. Além disso, a EC 113/2021 estabeleceu como condição para esse parcelamento especial, que Município comprove a adequação do regime próprio de previdência social - RPPS dos seus servidores à EC 103/2019 (Reforma da Previdência).

É sabido que existem valores devidos e não repassados pela Prefeitura Municipal de Guiricema à Unidade Gestora do seu RPPS (IPREV), referente ao exercício de 2020, conforme especificado, totalizando R\$454.396,68 (quatrocentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e noventa e seis reais e sessenta e oito centavos):

Competência	Folha aposentado prefeitura	Folha pensionista prefeitura	Auxilio doença
Junho/2021	R\$ 49.385,82	R\$ 10.278,44	R\$ 0,00
Setembro/2021	R\$ 50.543,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outubro/2021	R\$ 50.543,80	R\$ 10.461,11	R\$ 20.885,50
Novembro/2021	R\$ 51.074,15	R\$ 10.461,11	R\$ 23.122,17
Dezembro/2021	R\$ 49.446,52	R\$ 10.461,11	R\$ 16.547,96
13º/2021	R\$ 49.446,52	R\$ 10.461,11	R\$ 41.277,56

Em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 115 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, inserido pela EC nº 113/2021, o Ministério do Trabalho e Previdência editou a Portaria MTP nº 360, de 22 de fevereiro de 2022, que estabelece como os Municípios irão comprovar o atendimento aos requisitos previstos nessa Emenda Constitucional, cumulativamente, a saber:

I – Adoção de regras de elegibilidade, de cálculo e de reajustamento dos benefícios que contemplem, nos termos previstos nos incisos I e III do § 1º e nos §§ 3º a 5º, 7º e 8º do art. 40 da Constituição Federal, regras assemelhadas às aplicáveis aos servidores públicos do regime próprio de previdência social da União e que contribuam efetivamente para o atingimento e a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial;

II - Adequação do rol de benefícios ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019;

III - Adequação da alíquota de contribuição devida pelos servidores, nos termos do § 4º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019;

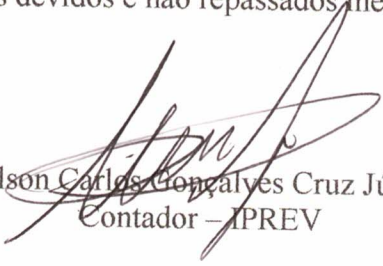
**IPREV – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES  
PUBLICOS DE GUIRICEMA  
CNPJ: 04.704.172/0001-05**

IV - Instituição do regime de previdência complementar e adequação do órgão ou entidade gestora do regime próprio de previdência social, nos termos do § 6º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.

Até a presente data o Município de Guiricema se adequou as exigências de número II, III e IV, restando o que estabelece no item I, que é a adequação da legislação municipal as regras assemelhadas às aplicáveis aos servidores públicos do regime próprio de previdência social da União referente a elegibilidade, cálculo e reajustamento de benefício.

Diante o exposto, a Prefeitura Municipal **não está apta** a pleitear o parcelamento especial em questão, dos valores devidos e não repassados mencionados neste texto.

Este é meu Parecer.

  
Nelson Carlos Gonçalves Cruz Júnior  
Contador – IPREV